

Assentamentos e formas organizacionais dos Kaiowá atuais: o caso dos “índios de Corredor”

Levi Marques Pereira

Resumo: o artigo procura identificar e descrever a modalidade de assentamento kaiowá por eles denominada de “corredor”, caracterizada pela ocupação de margens de rodovias. Essa modalidade é de desenvolvimento recente, sendo possível defini-la como uma das respostas adaptativas dessa população às profundas transformações históricas e econômicas por que passou Mato Grosso do Sul. A expropriação da terra pelas frentes de ocupação agropastoris alterou profundamente as formas de manejo do ambiente e de apropriação dos recursos nele existentes. Alteraram-se também as formas organizacionais, e várias estratégias são colocadas em prática para assegurar o acesso aos recursos necessários à produção da existência material e ao provimento de elementos da cultura material associados a categorias de representação do grupo étnico em questão.

Palavras-chave: Kaiowá, assentamentos, figurações sociais.

Abstract: The article seeks to identify and describe the mode of settlement of the Kaiowa, denominated by them as the “corridor”, characterized by the occupation along highway margins. This mode is of recent origin and it is possible to define it as one of the adaptation responses of this population to the profound historical and economic transformations that the Brazilian state of South Mato Grosso has undergone. The expropriation of land for occupation by agricultural and animal husbandry fronts has profoundly altered the forms of environmental management and the appropriation of existing resources. Forms of organization have also been altered and various strategies are being put into practice to secure access to resources necessary for the production of material existence and the providing of elements of material culture associated with representational categories of the ethnic group in question.

Key words: Kaiowa settlements, Kaiowa social configurations.

Professor da UFMS, mestre em Antropologia pela Unicamp e doutor em Antropologia pela USP.
lpereira@nin.ufms.br

Introdução

Nas últimas cinco décadas, as populações Kaiowá vêm passando por intensas e significativas transformações nas formas de constituição de seus assentamentos¹. O presente texto procura caracterizar a modalidade denominada de corredor, identificando também algumas formas organizacionais a ela associadas². Por falta de espaço, deixo de lado o material sobre outras modalidades de assentamento.

A análise se baseia em pesquisas de campo ainda em andamento. No plano teórico, procuro incorporar os conceitos de figuração e formação social formulados por Norbert Elias (1990 e 2001). As possibilidades de aplicação desses conceitos para a pesquisa etnográfica estão sendo discutidas em um livro, ainda em preparação, em que discorro sobre a organização social e os processos de construção da etnicidade terena.

Os assentamentos de corredor resultam da não conformação da totalidade da população kaiowá à situação de reserva. Esses assentamentos são ocupados por famílias isoladas e mesmo por comunidades que nos últimos anos passaram a residir em caráter permanente nas margens de rodovias e estradas vicinais. Antes de enfocar mais diretamente as situações de corredor, farei uma breve caracterização histórica sobre as transformações que atingiram o território de ocupação tradicional kaiowá.

Breve caracterização histórica do território de ocupação tradicional kaiowá

No período anterior à ocupação agropastoril, os Kaiowá ocupavam uma faixa de terras de mais de 100 quilômetros de cada lado da fronteira do Brasil com o Paraguai, tendo como divisa o rio Apa ao norte e o rio Paraná ao sul. Era nessa vasta região, do lado brasileiro correspondente a grande parte da serra de Maracaju, que a população kaiowá radicava suas parentelas, cujas aglomerações formavam as aldeias por eles denominadas de *tekoha*. O *tekoha* tinha tamanho variável, dependendo do número de parentelas que reunia, pois cada parentela dispunha de uma porção de terra de uso exclusivo para o desenvolvimento de suas atividades de subsistência. Era comum que os *Tekoha* também estivessem inseridos em redes de alianças mais amplas, de caráter político e, principalmente, religioso.

O processo de transformação nas modalidades de assentamento kaiowá se inicia com o fim da guerra entre o Paraguai e a Tríplice Alian-

ça (1864-1870). A partir dessa data, os locais onde tradicionalmente radicavam suas aldeias, no sul do atual estado de Mato Grosso do Sul, foram gradativamente atingidos pelas frentes de expansão pastoril e agrícola. Entretanto, a ocupação efetiva da maioria das terras aconteceu a partir da década de 1940, pois até esse período a pressão sobre as áreas ocupadas por comunidades kaiowá era rarefeita e localizada em alguns pontos esparsos do território. A ocupação agropastoril em Mato Grosso do Sul é bem descrita por historiadores e antropólogos que vêm se dedicando ao estudo dessas populações, tanto em trabalhos acadêmicos (Brand, 1993 e 1997; Pereira, 1999 e 2004; entre outros), como em inúmeros relatórios administrativos e periciais.

Na década de 1940 se encerra a renovação dos contratos de arrendamento das terras do sul do atual Mato Grosso do Sul, que beneficiavam a Companhia Mate Laranjeiras. Isto dá lugar a uma verdadeira corrida de pessoas interessadas em comprar terras na região. A legislação em vigor considerava as terras públicas como devolutas, sendo postas à venda pelo antigo estado de Mato Grosso, do qual fazia parte Mato Grosso do Sul antes da divisão política. Assim, as terras onde estavam localizadas as comunidades kaiowá são vendidas a particulares, e muitas comunidades são forçadas a deixar os locais de suas aldeias.

A sistemática seguida pelo estado de Mato Grosso na venda das terras para particulares se guiou por uma legislação que levava em conta apenas a legalidade formal do requerimento e o recolhimento das taxas estabelecidas junto aos cofres do estado. Naquele momento, nenhuma consideração foi dada à ocupação efetiva de muitas áreas de terra por índios, remanescentes de quilombos ou outros posseiros pobres. Só as pessoas que dispunham de informações privilegiadas, recursos financeiros e influência junto aos políticos e instâncias administrativas conseguiam se habilitar para a compra de terras. Os outros segmentos da sociedade estavam impossibilitados de cumprir todos os procedimentos exigidos para o requerimento de terras. Estes fatos devem ser levados em conta na compreensão da origem latifundiária da posse de terras que perdura até os dias atuais em Mato Grosso do Sul.

Alguns funcionários do Serviço de Proteção ao Índio – SPI – perceberam os tempos difíceis que se enunciavam para as comunidades kaiowá em MS. Assim, empenharam-se em assegurar a demarcação de alguns espaços destinados ao recolhimento dessa população. Entretanto, acabaram prevalecendo os interesses dos grandes proprietários particulares, pois apenas nove pequenas reservas foram demarcadas entre 1915 e 1928.

O cenário político em Mato Grosso do Sul sempre foi marcado pela hegemonia dos interesses dos grandes proprietários de terras. Isto teve implicações diretas no modo como os espaços das reservas foram concebidos. Quando se pensou em reservar terras para os índios, o destino inicial desses espaços era, via de regra, abrigar a população kaiowá que já vivia nesses locais. Entretanto, logo acabou prevalecendo a intenção de reunir nesses espaços a população de um grande número de comunidades kaiowá dispersas pelo território. A reserva passa a cumprir a função política de liberar as terras para a especulação imobiliária e posterior ocupação agropecuária. Assim, a reserva se transforma em *área de acomodação* para a população de diversas comunidades.

A população kaiowá resistiu de diversas formas, procurando manter a posse das terras que ocupava. Entretanto, a maior parte das famílias das comunidades que tiveram suas terras expropriadas pelas frentes de ocupação agropecuária gradativamente cedeu às pressões dos fazendeiros e dos funcionários do SPI e se recolheu às áreas de acomodação. Esse processo implicou na dispersão das famílias e na dissolução dos vínculos de sociabilidade que cimentavam as relações de muitas comunidades. O processo de retirada das comunidades dispersas por todo esse imenso território de ocupação tradicional durou décadas, e está em curso até hoje. Resulta daí que atualmente as reservas apresentam grande densidade demográfica, fato agravado pelo significativo crescimento vegetativo da população.

Os parágrafos anteriores tentaram sintetizar, numa cápsula, a caracterização do cenário vivido pelos Kaiowá no último século. Os próprios Kaiowá reconhecem que essas novas circunstâncias históricas tornaram, em grande medida, inviáveis as práticas que envolviam as figurações sociais de seus assentamentos tradicionais. Por outro lado, seguem se reconhecendo como Kaiowá e como praticantes de formas de sociabilidade particulares, diretamente relacionadas à sua própria formação social. No tópico seguinte, apresentarei a descrição de algumas estratégias de sobrevivência física e de reprodução de formas de expressão cultural colocadas em prática no cenário dos assentamentos de corredor. A tentativa é situar, descrever e analisar alguns desses assentamentos, bem como as formas organizacionais desenvolvidas pelos Kaiowá nessa nova realidade histórica. A intenção é ampliar o entendimento sobre esses novos espaços de produção social.

É importante ter presente que o surgimento das novas modalidades de assentamentos ocorre de maneira paralela ao processo de desarticula-

ção das formas tradicionais de ocupação do território. Em certo sentido, o assentamento de corredor é uma resposta adaptativa a esse processo, mobilizando a criatividade dos líderes de parentelas e a habilidade de disporem de novos instrumentos de relação com a sociedade nacional.

Índios de corredor³

Durante a realização da pesquisa de campo, no mês de fevereiro 2006, nos deparamos com comunidades kaiowá que se autodenominam população de "corredor", fazendo referência ao fato de elegerem as margens da rodovia como lugar de seus atuais assentamentos. No caso, a área do assentamento é delimitada de um lado pela pista asfaltada onde circulam os veículos, e de outro pela cercas de arame, que delimitam as propriedades particulares. Nessa estreita faixa de terra desapropriada pelo governo para segurança da rodovia e para realização de eventuais serviços de manutenção e ampliação, vive atualmente um significativo número de famílias kaiowá, em caráter provisório⁴ ou permanente, como nos casos que passarei a descrever.

No dia 2 de fevereiro de 2006 nos dirigimos⁵ à localidade de Prudêncio Thomaz, antiga Aroeira, situada às margens da rodovia BR 163, entre Rio Brilhante e Nova Alvorada. Eu já havia anteriormente localizado alguns índios idosos que conheciam a região dos contrafortes da serra de Maracaju, entre os municípios de Guia Lopes da Laguna, Sidrolândia e Maracaju, que deram conta da existência de alguns acampamentos de Kaiowá situados em margens de rodovias⁶.

Um Kaiowá de cerca de 50 anos de idade que estava em Prudêncio Thomaz visitando seu pai que lá reside, dispôs-se a nos acompanhar na viagem que realizamos pelos municípios de Rio Brilhante, Maracaju e Guia Lopes da Laguna. O índio que nos acompanhou havia antes conversado bastante com seu pai, de cerca de 80 anos, trocando detalhes sobre a história e a situação das famílias que iríamos tentar encontrar.

A cerca de 70 quilômetros da cidade de Maracaju, seguindo pela rodovia (MS 267) que liga Guia Lopes da Laguna àquele município, começamos a notar a presença de barracos indígenas dispostos ao longo das duas margens da rodovia. Fomos direto à casa de uma família antiga conhecida do nosso acompanhante indígena, localizada nas coordenadas geográficas aproximadas UTM 0619482L e 7624214N, com 391 metros de altitude em relação ao nível do mar. Ali encontramos um conjunto de cinco famílias agrupadas em ranchos próximos, compondo um

aglomerado que os Kaiowá costumam denominar de *jehuvy* (“aqueles que se ajudam”), unidos por relações de parentesco próximas, como atestamos nos diagramas de parentesco.

O local fica em terreno de declive acentuado, na decida da serra, com muitas curvas na estrada. O relevo acentuado e as áreas de mata ainda existentes nas margens da rodovia fazem com que a maior parte dos barracos não seja visível para quem passa na estrada. Segundo pudemos levantar em nossa curta pesquisa de campo, a população desses barracos, juntamente com outros dispostos ao longo de cerca de três quilômetros de margens da rodovia, são remanescentes de uma antiga aldeia kaiowá. De acordo com o relato de Juliana Lopes, 65, e de seu esposo, Valêncio Oliveira, 78, a antiga aldeia ocupava as terras da margem direita daquela altura da rodovia, no sentido Maracaju-Guia Lopes da Laguna.

As informações preliminares dão conta da existência de outras famílias além daquelas que visitamos e sobre as quais levantamos dados sobre relações de parentesco, história de vida e trajetória familiar. Essas famílias também compõem unidades de adensamento de relações de parentesco e outras formas de sociabilidade típicas da população kaiowá. Do ponto de vista da organização social, esses dados apontam para a composição de uma aldeia ou *tekoha*. As pessoas com mais de 60 anos que vivem no local narraram que a antiga aldeia era denominada na língua guarani *Itá Vera’i*, nome que tem sentido religioso, significando algo como “morro de resplandecência amena”.

No grupo familiar que visitamos, a senhora Juliana Lopes exerce a função de xamã. Depois da apresentação realizada pelo índio que nos acompanhava, bastante conversa e participação na roda de tereré, ela se sentiu mais segura em relação a nossa presença e fez questão de se vestir com sua indumentária religiosa (*ponchito*, *jeguaká*, *mbaraká*, *mymby*, *penacho*⁷, colares, etc.) e rezou. O forte sentimento religioso desse grupo familiar tem conseguido manter sua coesão e alimentado a determinação em não deixar o local. Mas as dificuldades aos poucos parecem minar a resistência, e várias famílias abandonaram a beira da estrada no período recente.

A cerca de três quilômetros da casa de dona Juliana, vivia até poucos meses outro xamã, de nome Júlio. Ele é muito renomado entre as famílias do local, mas recentemente abandonou sua casa na margem da rodovia, segundo disseram, devido às pressões que vinha sofrendo do proprietário da fazenda que fica em frente ao local onde residia. Isto

porque o proprietário não consentia que Júlio continuasse a recolher lenha e água em sua fazenda. Júlio vive atualmente na reserva de *Sucuri'y*, situada em torno de três quilômetros da cidade de Maracaju. Os Kaiowá de *Sucuri'y* sempre recorriam a Júlio para determinados tratamentos de saúde. Em *Sucuri'y*, conhecemos um Kaiowá que realizou a viagem de aproximadamente 80 quilômetros de *Sucuri'y* até a antiga residência de Júlio, transportando sua mulher na garupa da bicicleta para submetê-la a tratamento de saúde com esse xamã. Essa relação com *Sucuri'y* favoreceu que Júlio procurasse abrigo nessa reserva quando se tornou inviável a permanência nas proximidades da antiga aldeia.

Algumas famílias de *Ita Vera'i* reclamaram que foram desalojados de áreas do corredor por famílias de "Sem Terra" que começaram a se estabelecer no local. Teriam inclusive perdido suas plantações e a partir daí deslocado suas residências para outros locais no próprio corredor, ou se mudado para a periferia de cidades da região.

Aconteceram ainda alguns casamentos interétnicos com regionais pobres que se instalaram no local. Algumas pessoas mais idosas reclamam que esses casamentos têm criado problemas de convivência entre as pessoas da comunidade, estimulando sua dispersão. Um dos casais nessa condição se mudou recentemente para a periferia da cidade de Maracaju, provavelmente devido a dificuldades de convivência.

Algumas mulheres estavam apavoradas, pois alegaram ter ouvido a notícia de que chegariam mais famílias de "Sem Terra" e que as famílias indígenas teriam de deixar de vez o local: "falaram para nós que o 'sem terra' vai invadir", disse uma delas. Como sabiam que nós éramos da universidade, pediram que tomássemos providências para evitar que isso acontecesse, e nós dissemos que a única coisa que poderíamos fazer seria comunicar o Ministério Público Federal, o que fizemos quando do nosso retorno a Dourados.

A narrativa de senhora Juliana enfatiza que o grupo de famílias de seus parentes ocupou por volta de 80 hectares da terra da aldeia até cerca de 20 anos atrás. A remoção das famílias teria ocorrido mais ou menos em 1986, sendo que seus primeiros netos nasceram no local⁸. A partir dessa época, o fazendeiro teria recomendado que eles saíssem de vez do local, pois iria cercar a terra até a margem da rodovia para expandir o pasto para o gado. As famílias então se recolheram à margem da rodovia, em frente à área que ocupavam.

Relataram ainda que a pressão do fazendeiro era para que abandonassem a região ou ficassem contidos na faixa desapropriada para a

construção da estrada. Como consideravam que o espaço não era suficiente para a construção de seus barracos, eles insistiram em ocupar uma faixa um pouco mais larga, forçando a cerca a recuar por volta de 10 metros para dentro da propriedade. Nesse espaço, atualmente plantam mandioca, milho, plantas medicinais, batata, algodão, cana, urucum, banana etc., e criam algumas galinhas. Além da faixa de terra ser muito estreita, o terreno, em sua maior parte, é muito rochoso, limitando o cultivo.

Por não disporem de terra suficiente para o cultivo de suas lavouras, as famílias dessa comunidade vivem em situação de extrema penúria. Também não contam com a devida assistência de instituições como FUNAI e FUNASA, assim como do programa de segurança alimentar. Vivem em situação de quase completa invisibilidade social, contando apenas com o pagamento recebido por serviços temporários realizados em algumas fazendas e com a aposentadoria rural dos velhos.

A prefeitura de Guia Lopes da Laguna tem proporcionado ônibus para as crianças em idade escolar estudarem na cidade, mas elas não recebem um ensino diferenciado, como é garantia constitucional. Atualmente, a população se identifica para os regionais como sendo da “aldeia Corredor”, mas usa internamente a denominação original *Ita Vera'i*. O levantamento preliminar indica um número aproximado de 30 pessoas ainda morando no local, sendo que os homens entre 14 e 40 anos vivem num constante ir e vir entre o corredor e as fazendas da região, onde trabalham como peões. No local do assentamento da aldeia, encontramos apenas mulheres, crianças e velhos.

Nessa viagem também localizamos outras famílias que se identificam como população de corredor, mas constituem figurações sociais distintas. Essas famílias vivem nas margens da mesma rodovia, mas no trecho que liga as cidades de Rio Brillhante a Maracaju, nas coordenadas UTMS 0624450L e 7623969N. Nesse caso, as famílias se reconhecem como população flutuante, sem vínculo específico com nenhum território; apenas nunca se conformaram com a situação de reserva.

O tempo que permanecemos em campo foi insuficiente para aprofundar as histórias de vida dessas famílias. Serão necessários novos levantamentos para averiguar com precisão se de fato existem vínculos dessas famílias com a população de aldeias radicadas em reservas ou em outras localidades. De qualquer forma, parece que vivem há várias décadas exclusivamente do trabalho nas fazendas. Nesse estilo de vida itinerante, deslocavam-se de uma fazenda a outra, até que o escasseamento da

oferta de trabalho⁹ levou essas famílias a se fixarem nos corredores. Foi possível identificar ainda que eles têm parentes vivendo na mesma condição em outros pontos de corredor, entre os quais circulam, periodicamente, para visitar familiares ou para procurar trabalho em outras regiões. É possível falar em redes de aliança entre populações de corredor.

Vilso Maciel, 40 anos, nasceu na reserva de Dourados, mas saiu do local ainda pequeno porque seu pai não gostava da maneira como o chefe de Posto e as lideranças do local impunham as leis para a população. A partir daí, viveram perambulando de fazenda em fazenda. Vilso já visitou *Sucuri'y*, mas, segundo deu a entender, também não recebeu muito apoio das lideranças locais. São duas famílias, a de Vilso e a de seu irmão Noirso. Cada uma delas é composta pelo casal e sete filhos, perfazendo um total de 18 pessoas, nesse assentamento de corredor. As esposas dos dois irmãos também são irmãs entre si. Esse tipo de casamento gera a duplicação de alianças e proporciona o grau máximo de proximidade social possível entre dois fogos domésticos, pois dois irmãos casam com duas irmãs. Casamentos desse tipo são freqüentes entre os Kaiowá, conforme registrei em minha dissertação de mestrado (Pereira, 1999). O grupo de famílias lideradas por Vilso mantém relações com outros grupos de famílias de corredor da região, como algumas que vivem próximas à cidade de Nova Alvorada, onde o sogro desses dois irmãos lidera um grupo de oito pessoas, assentado no corredor da estrada do Alegrete, próximo à confluência com a BR 163.

O grupo de Vilso vive na mais completa penúria e recebe pressão por recolher lenha e água na fazenda vizinha. Ele relatou que tiveram sua plantação de mandioca destruída pelo arrendatário da fazenda, que arrou a área da margem da estrada por eles cultivada e plantou sorgo. Quando visitamos o local, a única coisa que as crianças dispunham para comer era manga que haviam conseguido numa propriedade próxima. As crianças não freqüentam escola, pois não dispõem de documentos, e aparentam ter problemas relacionados à desnutrição. Alguns documentos foram solicitados ao Núcleo de Apoio ao Índio da FUNAI em Dourados, já há muito tempo, quando pessoas desse grupo tiveram recursos para pagar a passagem até esta cidade. Mas como não tiveram mais recursos para voltar a Dourados, não têm conhecimento se os documentos foram confeccionados ou não.

Além da falta de documentos, Vilso reclama por não dispor de nem um "pedacinho de terra para plantar uma rama", conforme relatou. Na verdade, não possuem nada, nem acesso a água e fogo, cuja

ausência é sinal da mais completa penúria entre os Kaiowá. Do ponto de vista político, são situações que exigem ações de emergência das autoridades e instituições responsáveis pelo atendimento das populações indígenas. Em termos acadêmicos, falta ainda um melhor detalhamento da situação de famílias e comunidades vivendo em situação de corredor, lacuna para cuja superação esperamos contribuir com o andamento das pesquisas que estamos realizando.

Considerações finais

O artigo procurou apontar, mesmo que em linhas gerais, as principais características dos assentamentos de corredor e das formas organizacionais a eles associadas. A parte inicial do texto enfatizou que em pouco mais de meio século a população das comunidades kaiowá passou por processos de desterritorialização, quando foram sistematicamente desalojados pelos proprietários que adquiriram, por compra junto ao estado de Mato Grosso, terras que eram consideradas como devolutas. Assim, a desterritorialização está ligada ao processo de expropriação da terra que atingiu diversas comunidades.

Entre 1915 e 1928, o órgão indigenista oficial, SPI, demarcou nove pequenas áreas de terra, destinadas a abrigar a população Kaiowá e Guaraní do sul do MS. Iniciou-se um processo induzido de reterritorialização de muitas comunidades kaiowá e guarani que, naquele momento, estavam sendo desalojadas de suas terras de ocupação tradicional pelas frentes de expansão agropecuária. Como espaço de reterritorialização, as reservas passam a desempenhar a função de *áreas de acomodação* de populações de várias comunidades.

O espaço social da reserva institui uma nova figuração social, com novos padrões demográficos, de manejo dos recursos e de relações políticas. A instauração das áreas de acomodação gera ainda um campo de atuação para inúmeras instituições governamentais de caráter administrativo e assistencial, além de um campo privilegiado para a ação missionária, principalmente de vertente protestante.

As ações do SPI e depois da FUNAI no sentido de conformar a população kaiowá às áreas de acomodação nunca se efeturaram em sua plenitude. Resulta daí que, atualmente, além da população que vive nas reservas, existem famílias de Kaiowá em periferias de cidades do interior do Mato Grosso do Sul, em acampamentos mobilizados para a reocu-

pação da terra e os ditos “índios de corredor”, enfocados no presente artigo.

O conhecimento detalhado dessas novas modalidades de assentamento pode trazer elementos importantes para a compreensão das atuais formas organizacionais kaiowá. Pelo que foi possível notar na curta visita aos remanescentes da comunidade de *Ita Vera'i*, o valor atribuído às práticas religiosas tem sido um importante elemento de coesão das famílias. No entanto, a situação de corredor parece apresentar sérias limitações para o exercício das práticas religiosas e de outras formas de sociabilidade, aspectos que merecem maior detalhamento em pesquisas futuras. Já as formas de convivialidade desenvolvidas pelas famílias que parecem não ter vínculos com nenhuma localidade específica, e por isso vivem em constante mobilidade espacial, também merecem maior detalhamento. Elas remetem a importantes aspectos das formas organizacionais atuais dos Kaiowá.

O ponto chave para o entendimento da opção dessas famílias de construir assentamentos nos corredores, remete ao fato de que, na situação de reserva, os Kaiowá que aí vivem desenvolveram um estilo comportamental condizente com a forma organizacional instituída nessas áreas de acomodação. Já aqueles que permaneceram fora das reservas, quando aí se recolhem encontram dificuldade em adequar sua conduta ao formato da figuração social da reserva. Decorrem daí dificuldades de convivência que parecem levar os “índios de fazenda” a preferirem as incertezas da condição de corredor ao estilo de conduta política implantado nas reservas.

Por fim, o conhecimento dos assentamentos de corredor é importante por dar visibilidade a segmentos da população kaiowá que vivem à margem de seus direitos sociais. Isto pode contribuir para a superação da tendência de centrar as ações governamentais unicamente na população aldeada nas reservas. A análise aqui apresentada está focada em um número limitado de casos, entretanto situações semelhantes muito provavelmente são encontradas em diversos municípios de Mato Grosso do Sul. A situação atual dos índios de corredor revela a face nefasta do desenvolvimento agropecuário em nosso estado.

Notas:

¹ A discussão sobre modalidades de assentamento é mais comum na arqueologia e em estudos de ecologia cultural. O presente artigo se restringe a uma abordagem histórica e, principalmente, antropológica.

² Reflexões resultantes da pesquisa em desenvolvimento (biênio 2005/2006) na UFMS intitulada Fronteiras étnicas entre Guarani e Terena: territorialidade, territorialização e intercâmbio cultural. O projeto é desenvolvido em parceria com o Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira e conta com apoio da FUNDECT. A pesquisa é um esforço de continuidade na cooperação interdisciplinar entre profissionais das áreas de arqueologia e antropologia do Laboratório de Arqueologia, Etnohistória e Etnologia da UFGD. O foco central do referido projeto está no esclarecimento da relação entre as populações Guarani, Kaiowa e Terena localizadas nos municípios que compõem a região de transição entre os territórios de ocupação tradicional das populações desses três grupos étnicos – e que corresponde a um longo trecho da borda da serra de Maracaju. A configuração das populações que ocupam esta região é ainda pouco conhecida do ponto de vista da etnoarqueologia, etnohistória e etnologia.

³ O levantamento em campo que embasou a redação deste tópico foi desenvolvido juntamente com o professor Jorge Eremites de Oliveira, amigo e parceiro em diversos trabalhos. Assim, os dados e a forma de apresentação são frutos do permanente diálogo que mantemos em campo e na academia.

⁴ As instalações em caráter provisório se dão para a venda de artesanato ou no caso de acampamentos coletivos de comunidades que estão reivindicando terras. No último caso, é comum que o acampamento fique em frente ou próximo à área reivindicada.

⁵ O professor Jorge e eu.

⁶ A primeira vez que tive notícias de grupamentos de famílias kaiowá vivendo nos municípios de Maracaju e Guia Lopes da Laguna foi em 2002, quando realizei um trabalho de campo na reserva de Sucuri'y. Na época, eu acompanhava os antropólogos Celso Shitoshi Aoki e Paz Grünberg. Na ocasião não tivemos oportunidade de visitar tais acampamentos.

⁷ Pelo que eu tenho conhecimento, o penacho, na forma de um espanador, é instrumento religioso utilizado nos rituais de xamanismo terena. Encontrar esse elemento da cultura material de uso religioso em uma comunidade kaiowá parece indicar a existência de intercâmbio cultural entre as etnias Kaiowá e Terena. Esse intercâmbio seria facilitado pela proximidade geográfica de aldeias desses dois grupos étnicos. Tudo indica que, antes da chegada das frentes pioneiras de colonização agropecuária, a borda da serra de Maracaju servia como divisor natural dos territórios de ocupação tradicional terena e kaiowá, sendo provável que as aldeias situadas nessa faixa se influenciassem reciprocamente.

⁸ É interessante notar que 1986 é justamente a data do despejo das famílias de Sucuri'y, hoje terra indígena homologada. Os conflitos envolvendo a movimentação dos índios em Sucuri'y deve ter chamada a atenção do proprietário da terra onde ficava a aldeia Ita Vera'i. Provavelmente ele providenciou que os índios saíssem de sua propriedade antes que eles também começassem a reivindicar o local, como estava acontecendo em Sucuri'y.

⁹ Devido aos inúmeros conflitos pela posse de terra envolvendo índios e fazendeiros, é cada vez mais difícil para essas famílias encontrarem fazendeiros dispostos a abrigá-los em suas fazendas. A dificuldade de permanecer nas fazendas e a diminuição dos trabalhos em que era empregada a mão-de-obra indígena, contribuem para o surgimento dos assentamentos de corredor.

Referências

- BRAND, A. J. *O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da palavra*. 1997. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1997.
- _____. *O confinamento e seu impacto sobre os Pai-Kaiowá*. 1993. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1993.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. V. 1.
- OLIVEIRA, Jorge Eremites; PEREIRA, Levi Marques. *Perícia antropológica, histórica e arqueológica da Terra Indígena Terena de Buriti*. Justiça Federal: Campo Grande, MS, 2003.
- PEREIRA, Levi M. *Relatório de identificação da Terra Indígena Taquara*. Município de Juti, Mato Grosso do Sul. Brasília, Documentação Funai, 2005. (mimeo).
- _____. *Imagens Kaiowá do Sistema Social e seu Entorno*. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia – Etnologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2004.
- _____. O movimento étnico-social pela demarcação de terras guarani em MS. In: *Revista Tellus*, Campo Grande, MS, ano 3, n. 4, p. 137-45, abr. 2003
- _____. *Parentesco e Organização Social Kaiowá*. Campinas. 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1999.

Recebido em 23 de fevereiro de 2006.

Aprovado para publicação em 7 de março de 2006.

